

JOÃO ANTÔNIO, O FATO SOCIAL BRASILEIRO E O POLO DA DESORDEM

Leandro de Oliveira Lopes¹

RESUMO

No “Corpo-a-corpo com a vida” (1975), considerado o manifesto de sua literatura, João Antônio exalta a necessidade de nossas obras tratarem do povo e do fato social brasileiro. Para ele, o escritor tinha obrigação não só de representar o cotidiano da camada social menos favorecida, mas também a de interferir em favor dela. Baseados nessa premissa, propomos uma nova hipótese de entendimento do funcionamento da “Dialética da malandragem” (1970), de Antonio Candido. Argumentamos que, para além de um movimento entre os polos da ordem e da desordem, se a dialética for entendida como uma estratificação social que engloba uma ordem e uma desordem social que separa classes entre dominantes e dominados, sua aplicação, nos textos de João Antônio, traria à luz uma violência de classes que aprisiona os menos favorecidos a uma realidade pouco permissiva. Inferimos que o autor escolhe representar essa desordem social brasileira contando suas histórias sempre através dessa única perspectiva, destarte confirmando sua postura de intervenção literária e revelando em literatura a opressão que vitimiza essa classe social.

Palavras-chave: Desordem social. João Antônio. Fato social brasileiro.

1. A briga²

O “Corpo-a-corpo com a vida” (1975) é um texto que diz muito de João Antônio. Apresenta-o e, além disso, dá destaque às suas mais importantes lutas – como o povo como protagonista da literatura e uma suposta mistura do discurso literário e do jornalístico com o objetivo de ter o levante desse mesmo povo.

Trata-se de um texto, realizado já com a obra em curso, que apresenta aspectos da construção de um projeto literário já em condução, bem como orienta a produção do escritor para as obras vindouras. De certo modo, pode-se dizer que João Antônio imprime sobre sua prática pregressa a orientação que o ensaio lhe confere enquanto projeto, atando os nós de uma obra em desenvolvimento e garantindo a unidade de suas manifestações. Essa unidade se evidencia não apenas na contiguidade existente entre seus textos de teor jornalístico ou literário – ademais, frequentemente híbridos em sua caracterização de gênero –, mas, sobretudo na continuidade de certo tipo de postura do autor frente ao objeto narrado ou relatado (SILVA, 2015, p. 1).

No ensaio, a postura vem precedida por um ataque àqueles escritores que se preocupam com o que João Antônio chama de “acessório”, “complementar” e “supérfluo”

¹ Jornalista graduado pelo Centro Universitário FIAM-FAAM e Mestre em Estudos de Literatura pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos de Literatura (PPGLit) da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar).

² Este título faz referência a trecho do “Corpo-a-corpo com a vida”, de João Antônio (1975, p. 146).

(ANTÔNIO, 1975, p. 143); manifestação primária que funciona como um diagnóstico do problema que ele pretende enfrentar e que abre caminho para que o autor exponha o fato social como o principal motivo de ser da nossa literatura. Esse ataque aos beletristas, que é como se inicia o texto, embasa-se no argumento de que grande parte dos escritores brasileiros está preocupada com a “forma, sob a denominação de um ‘ismo’ qualquer” (ANTÔNIO, 1975, p. 143) em detrimento da verdadeira realidade brasileira.

Mas é de uma simplicidade alarmante. O distanciamento absurdo do escritor de certas faixas da vida deste país só se explica pela sua colocação absurda perante a própria vida. Nossa severa obediência às modas e aos “ismos”, a gula pelo texto brilhoso, pelos efeitos de estilo, pelo salamaleque e flosô espiritual, ainda vai muito acesa. Tudo isso se denuncia como o resultado de uma cultura precariamente importada e pior ainda absorvida, aproveitada, adaptada. Como na vida, o escritor brasileiro vai tendo um comportamento típico da classe média – gasta mais do que consome, consome mais do que assimila, assimila menos do que necessita. Finalmente, um comportamento predatório em todos os sentidos (ANTÔNIO, 1975, p. 143).

O tom da crítica, acentuado, é direcionado aos escritores que, na opinião de João Antônio, e ao contrário do que ele entendia como correto, não desempenhavam a verdadeira função de um escritor, e, portanto, de um texto literário. Essa função, clara no “Corpo-a-corpo com a vida”, era trazer à luz as inconsistências brasileiras e, por meio disso, contribuir no combate a elas. Nesse sentido, pode-se dizer que o texto “possui evidente aspecto político, de intervenção ou marcação de posições no campo literário brasileiro, com o horizonte de influir, dentro de suas possibilidades e de sua arma específica – o texto –, na crítica, estudo, denúncia e desnudamento dos problemas nacionais” (SILVA, 2015, p. 2). João Antônio propunha que o texto literário fosse escrito de dentro para fora. Propunha que a única maneira de a literatura atingir esse tal propósito de postura e então realmente interferir na realidade do povo brasileiro era através da participação do escritor no tema a ser tratado. Como um “bandido falando de bandidos” (ANTÔNIO, 1975, p. 146). Além de propositiva, ou mesmo para que fosse, a literatura precisaria ser pensada e produzida por autores que estivessem diretamente ligados ao objeto narrado. É por isso que chegou a dizer que era absurdo o “distanciamento do escritor de certas faixas da vida deste país” (ANTÔNIO, 1975, p. 143). Acreditava em uma literatura que se aproximasse do real, em um autor que estivesse em contato com esse real e o vivenciasse de maneira a estar capacitado para traduzir sua essência em literatura.

Não será absolutamente necessário, para compreender – uma palavra superada; leia-

se, por favor, enfrentar – o marginalismo individual dos que se debatem no futebol ou na polícia, alguém que assuma o mesmo gangsterismo, um semelhante (mas com visão crítica) individualismo? Um gangsterismo, um individualismo, um individualismo ao menos experimental. Que, ao escrever, dê a mesma porrada, como repórter, escritor, etc., que o bandido, o jogador, o traficante, o bicheiro e, especialmente e isso tudo – herói – dão para sobreviver. Assim, uma literatura de murro e porrada. Um corpo-a-corpo com a vida (ANTÔNIO, 1975, p. 148).

É assim que João Antônio se coloca ao lado das personagens que resolveu retratar e, como igual a elas, nos põe em contato com suas histórias através de escolhas e de intrusões de seu narrador, explicitando o ponto de vista do que chamaremos “desordem social”³. Ainda no “Corpo-a-corpo com a vida”, falando de **Malagueta, Perus e Bacanaço** (1963), seu livro de estreia com o qual recebeu os prêmios Jabuti de melhor livro de contos e de autor revelação⁴, esclareceu esse sentimento de participação:

O elemento que mais me leva a acreditar em Malagueta, Perus e Bacanaço como coisa viva se arruma exatamente no fato de que vi meus jogadores de sinuca, viradores, vadios, vagabundos, merdunchos do ponto de vista deles mesmo. E não do escritor. No meu caso particular, até por questões de vida, não poderia enfrentá-los sob nenhuma outra ótica (ANTÔNIO, 1975, p. 150).

A história e o desenvolvimento de João Antônio o colocaram de frente com os problemas sociais e com essas radiografias com as quais ele sempre trabalhou. Não podia fugir de colocar-se ao lado dessas personagens uma vez que sua formação – seja como cidadão, seja como escritor – se deu ao lado desse tipo de pessoa. Era filho de João Antônio Ferreira – português de Trás-os-Montes, no nordeste de Portugal, e Irene Gomes Ferreira – mulata carioca, semianalfabeta e descendente de escravos. A família de sua mãe mudou-se do Rio de Janeiro para São Paulo em 1929, por efeito da grande crise econômica vivida naquele momento; coisa que obrigou seus pais a procurarem empregos longe da terra natal. Já a família de João Antônio Ferreira (pai) estava em São Paulo desde 1913, vinda de Portugal. Sempre em busca de novas oportunidades, João Antônio pai foi motorista, operário e até sócio de uma pedreira⁵, mas passou a maior parte de seus anos como dono de armazéns nas regiões suburbanas de São Paulo – com especial destaque para o distrito de Presidente Altino, em

³ É justamente por causa desse determinado ponto de vista que defendemos que a literatura propositiva de João Antônio carrega uma escolha do autor por essa desordem social. Voltaremos a essa discussão mais adiante.

⁴ Embora não haja, no site do Prêmio Jabuti, registros do prêmio de autor revelação do ano de 1964, são praticamente unânimes as fontes a respeito de João Antônio que atribuem esse prêmio ao autor, fato que o colocaria como o primeiro escritor estreado a vencer dois prêmios Jabuti no mesmo ano.

⁵ Foi enquanto João Antônio (pai) era sócio da pedreira que a família Ferreira viveu seu melhor momento financeiro. Acabou traído por um sócio e perdeu tudo a que tinha direito.

Osasco, local onde seu pai e seus tios, também vindos de Portugal, compraram lotes de terrenos. Sua mãe foi operária de um frigorífico e dona de casa.

Na juventude considerava a leitura sua principal fonte de conexão com a arte. E no desenvolvimento desse gosto, alimentou a paixão por escrever. Ainda na pré-adolescência, como destacou Clara Avilla Ornellas, publicou textos na revista infanto juvenil *O Crisol*. Textos pelos quais, inclusive, recebia livros como pagamento.

O livro que mais me marcou nesse período [de colaboração com *O Crisol*] foi ‘Esopo, o contador de histórias’, um livro de Ofélia e Nerbal Fontes, editado pela Melhoramentos. O Esopo, aquele escravo frígio e tartamudo que conseguia, através de uma capacidade política de vida, sobreviver no meio daquele mundo escravo, e que acaba conseguindo a liberdade, e que acaba, inclusive, tomando posições em defesa da liberdade e da justiça, e que por isso mesmo ele acaba jogado num abismo. Aquele cara mexeu muito não apenas com minha formação literária, mas também com minha formação como gente. Eu sentia assim uma angústia da justiça. Eu achava uma sacanagem jogarem aquele homem num abismo. Hoje, talvez eu ache que não seja só o Esopo, mas foi por aí que eu desandei por esse negócio de literatura (ACUIO et al., 1978, p.1 apud ORNELLAS, 2011, p. 147).

É certo dizer que a proximidade com dada situação e experiência de vida, por si só, não fazem literatura. Não basta ser nascido e criado no subúrbio paulistano e, tampouco, defender como necessária uma aproximação de texto e povo para que seja feita uma literatura que de fato se aproxime dessa camada social. O local em que se comprova, de fato, tanto a aproximação quanto o caráter de caráter do texto, é a literatura em si, o texto literário. Temos então, sob o contexto de um escritor interessado no confronto e na melhora, uma literatura que se pretende propositiva e interventora⁶. Coisa que sua literatura comprova. “Esta característica é devida a uma espécie de neutralidade estratégica, que dá destaque ao real, sobretudo porque os contos são escritos numa prosa dura, reduzida às frases mínimas, rejeitando qualquer ‘elegância’” (CANDIDO, 2012, p. 578).

E também:

Uma das coisas mais importantes da ficção literária é a possibilidade de “dar voz”, de mostrar em pé de igualdade os indivíduos de todas as classes e grupos, permitindo aos excluídos exprimirem o teor da sua humanidade, que de outro modo não poderia ser verificada. Isso é possível quando o escritor, como João Antônio, sabe esposar a intimidade, a essência daqueles que a sociedade marginaliza, pois ele faz com que existam, acima de sua triste realidade. [...] Ele é um verdadeiro descobridor, ao desvendar o drama dos deserdados que fervilham no submundo; dos

⁶ Função em comum com o propósito do texto jornalístico, que respeitadas as diversas acepções de que é carregada essa expressão, assim como a literatura *joãoantoniana*, também pretende ser uma procura e uma aproximação com a vida real.

que vivem das lambujens da vida e ele traz com a força da sua arte ao nível da nossa consciência, isto é, a consciência dos que estão do lado favorável, o lado dos que excluem (CANDIDO, 2012, p. 581).

A “neutralidade estratégica” de que fala Candido representa justamente o que defendemos ser a escolha de João Antônio. A escolha por traduzir a força de uma camada social desprivilegiada aos olhos dessa classe média que oprime, pelo viés e perspectiva única dessa mesma camada social oprimida. Essa é a opção de João Antônio pela desordem social em literatura. A escolha que fez ao longo de sua obra e que escancarou no “Corpo-a-corpo com a vida”. Como uma inversão da “Dialética da malandragem”, de Antônio Candido, a desordem é protagonista e caminho natural, a ordem é apenas um simulacro e quase não aparece. Em seu lugar há uma ordem aparente, disfarçada, mas, no fundo, também desordem.

Precisamos de uma literatura? Precisamos. Mas de uma arte literária, como de um teatro, de um cinema, de um jornalismo que firam, penetrem, compreendam, exponham, descarnem as nossas áreas de vida. Não será o futebol o nosso maior traço de cultura, o mais nacional e o mais internacional; tão importante quanto o couro brasileiro ou o café of Brazil? A umbanda não será a nossa mais eloquente religião, tropical e desconcertante, luso-afro-tupiniquim por excelência, maldita e ingênua, malemolente e terrível, que gosta de sangue e gosta de flores? A desconhecida vida de nossas favelas, local onde mais se canta e onde mais existe um espírito comunitário; a inédita vida industrial; os nossos subúrbios escondendo quase sempre setenta e cinco por cento de nossas populações urbanas; os nossos interiores – os nossos intestinos, enfim, onde estão em nossa literatura? Em seus lugares não estarão colocados os realismos fantásticos, as semiologias translúcidas, os hipermodelismos pansexuais, os supra-realismos hermenêuticos, os lambuzados estruturalismos processuais? Enquanto isso, os aspectos da vida brasileira estão aí, inéditos, não tocados, deixados pra lá, adiados eternamente e aguardando os comunicadores, os artistas e intérpretes (ANTÔNIO, 1975, p. 145-146).

2. Ordem e desordem: dialética da malandragem

A respeito do que seja verdade em um texto literário, Roberto Schwarz, no “Pressupostos, salvo engano, de ‘Dialética da malandragem’”, explica que

[...] a dialética de ordem e desordem é um *princípio de generalização* que organiza em profundidade tanto os dados da realidade quanto os da ficção (sejam ou não documentários), dando-lhes inteligibilidade. Trata-se de uma *generalidade* que participa igualmente da realidade e da ficção: está nas duas, encontram nela a sua dimensão comum. Assim, o dado ficcional não vem diretamente do dado real, nem é deste que o sentimento da realidade na ficção depende, embora o pressuponha. Depende de princípios mediadores, geralmente ocultos, que estruturam a obra e graças aos quais se tornam coerentes as duas séries, a real e a fictícia (SCHWARZ, 1979, p. 131).

Ou, ainda, nas palavras do próprio Antonio Candido: “[...] não é a representação dos

dados concretos particulares que produz na ficção o senso da realidade; mas sim a sugestão de uma certa generalidade, que olha para os dois lados e dá consistência tanto aos dados particulares do real quanto aos dados do mundo fictício” (CANDIDO, 1970, p. 72). Isso quer dizer que

A força de convicção do livro depende pois essencialmente de certos pressupostos de fatura, que ordenam a camada superficial dos dados. Estes precisam ser encarados como elementos de composição, não como informes proporcionados pelo autor, pois neste caso estaríamos reduzindo o romance a uma série de quadros descritivos de costumes do tempo. [...] A partir do capítulo 28⁷ a linha do filho domina absolutamente e a narrativa, superando as descrições estáticas, amaina a inclusão frequente de usos e costumes, dissolvendo-os na dinâmica dos acontecimentos. Sendo assim, é provável que a impressão de realidade comunicada pelo livro não venha essencialmente dos informes, aliás relativamente limitados, sobre a sociedade carioca do tempo do Rei Velho. Decorre de uma visão mais profunda, embora instintiva, da função, ou “destino” das pessoas nessas sociedades; tanto assim que o real adquire plena força quando é parte integrante do ato e componente das situações (CANDIDO, 1970, p. 70).

O ensaio de Candido, “Dialética da Malandragem” (1970), apresenta uma proposta de entendimento crítico do funcionamento do livro de Manuel Antônio de Almeida, o **Memórias de um Sargento de Milícias** (1852-1853), até então considerado pícaro e documental, dessa forma explicando-o como resultado, em literatura, de um movimento social do Brasil da primeira metade do século XIX. Candido transformou a percepção crítica do romance, que a partir daí passou a ser também visto como obra capaz de explicar a sociedade brasileira da época, dando sinais de como ela se movimentava e de como se relacionava, sendo esse mesmo movimento, o da ordem e da desordem, também o entrecho do livro. “Bem entendido, esta unilateralidade é um feito crítico, pois vê mais onde parecia haver menos e confere à obra um alcance que ela talvez nem pretendesse, mas que – uma vez lido o ensaio – de fato é seu” (SCHWARZ, 1979, p. 131). Grosso modo, a dialética da malandragem aborda uma movimentação do brasileiro médio⁸ entre dois polos distintos com os quais ele se relacionaria diretamente: o polo da ordem e o da desordem. Assim, Candido apresentou à crítica literária a discussão e o conhecimento do que seja o malandro brasileiro, conferindo-lhe caráter de ser característico da sociedade daquele contexto. Leonardo, personagem principal do livro, estaria justamente transitando de uma ponta à outra, atuando como o

⁷ Capítulo 28 do livro de Manuel Antônio de Almeida, **Memórias de um Sargento de Milícias**.

⁸ O que se destaca do texto é que Manuel Antônio de Almeida acabou por deixar de fora de sua obra tanto a classe dominante quanto a mais pobre da época. Assim, as movimentações que se extraem do livro tratam de um brasileiro médio. Inclusive, destacam tanto Candido quanto Schwarz, era impossível que conseguisse retratar fielmente a sociedade de então, mas apenas essa parte dela.

primeiro malandro de nossa literatura.

O seu caráter de princípio estrutural, que gera o esqueleto de sustentação, é devido à formalização estética de circunstâncias de caráter social profundamente significativas como modos de existências que por isso contribuem para atingir essencialmente os leitores. Esta afirmativa só pode ser esclarecida pela descrição do sistema de relações dos personagens, que mostra: (1) a construção, na sociedade descrita pelo livro, de uma ordem comunicando-se com uma desordem que a cerca de todos os lados; (2) a sua correspondência profunda, muito mais que documentária, a certos aspectos assumidos pela relação entre a ordem e a desordem na sociedade brasileira da primeira metade do século XIX (CANDIDO, 1970, p. 77).

No ensaio de Candido, o *Memórias de um sargento de milícias* é organizado mediante uma linha equatorial que separa os personagens e as ações que representam uma espécie de ordem daquelas que, em oposição, representam a desordem, com Leonardo Filho, o “memorando”, transitando entre esses dois polos distintos; ora em um ora em outro, caracteriza-se como um malandro que “pratica a astúcia pela astúcia”, “manifestando um amor pelo jogo em si” (CANDIDO, 1970, p. 69). Essa distinção, que separa em dois os agentes do livro, explícita uma movimentação que, em suma, dá forma ao que seria esse malandro brasileiro. Sujeito que se movimenta entre o lícito e o ilícito, tomando proveito das situações e gozando esse amor pelo jogo entre os movimentos.

Pois em relação à linha equatorial,

Acima estão os que vivem segundo as normas estabelecidas, tendo no ápice o grande representante delas, major Vidigal; abaixo estão os que vivem em oposição ou pelo menos integração duvidosa em relação a elas. Poderíamos dizer que há, deste modo, um hemisfério positivo da ordem e um hemisfério negativo da desordem, funcionando como dois ímãs que atraem Leonardo, depois de terem atraído seus pais. A dinâmica do livro pressupõe uma gangorra dos dois pólos, enquanto Leonardo vai crescendo e participando ora de um, ora do outro, até ser finalmente absorvido pelo pólo convencionalmente positivo (CANDIDO, 1970, p. 77).

Essa linha que separa o que está dentro e o que está fora da lei nos põe em contato direto com o Major Vidigal, representante máximo da ordem⁹, porque é dessa forma que se organizam os personagens que são atrelados ao polo da ordem e os que não são. Aquilo que Candido chama de polo convencionalmente positivo, é o polo no qual a lei é mantida e respeitada. Funciona assim com o pai de Leonardo Filho, Leonardo Pataca, que “faz parte da ordem, como oficial de justiça” (CANDIDO, 1970, p. 78), com a mãe, Maria da Hortaliça,

⁹ Embora sofra pressão e influência do rei, conforme pode ser visto em esquema desenhado pelo próprio Candido e incluído no artigo em questão entre as páginas 79 e 80 (CANDIDO, 1970).

porque apesar de ilegítima, sua relação com Leonardo Pataca é “habitual e quase normal segundo os costumes do tempo e da classe” (CANDIDO, 1970, p. 78), e com todos os outros personagens, que se relacionam e se movimentam em conformidade com um ou outro polo, tendo o da ordem sempre relação com a lei e os costumes.

O jogo entre ordem e desordem se dá na medida em que as pessoas transitam entre os dois extremos, fazendo “[...] coisas que poderiam ser qualificadas como reprováveis, mas fazem também outras dignas de louvor, que as compensam” (CANDIDO, 1970, p. 84). Correndo o eminente risco de falha comum em casos de resumos e condensações, podemos dizer que

[...] o *malandro* recobre um espaço social igualmente complexo, onde encontramos desde o simples gesto de sagacidade, que, afinal, pode ser feito por qualquer pessoa, até o profissional dos pequenos golpes. O campo do *malandro* vai, numa gradação, da *malandragem* socialmente aprovada e vista entre nós como esperteza e vivacidade, ao ponto mais pesado do gesto francamente desonesto. É quando o *malandro* corre o risco de deixar de viver do *jeito* e do expediente para viver dos golpes, virando então um autêntico *marginal* ou *bandido* (DAMATTA, 1997, p. 269).

Seja através da *malandragem* socialmente aprovada, seja através do profissional dos pequenos golpes, seja, em última instância, através do *bandido* que se afasta totalmente da sociedade, o que há em comum em todas essas gradações é um contorno às regras sociais existentes. Assim, o que se assume é que neste estatuto (da *malandragem*), o que consiste na aceitação ou recusa do que seja bom ou ruim, além da lei, é o conceito próprio, proveniente de uma classe média social brasileira, daquilo que seja bom ou ruim. E é justamente na atuação da sociedade como um todo, em uma espécie de organização do que sejam classes sociais, que ocorre a inversão da dialética da *malandragem* nos textos de João Antônio. O que separa ordem e desordem, sugerimos, deixa de ser o lícito e o ilícito, e passa a ser uma organização social que define muito bem o que é e o que não é ordem. Ou seja, a partir da perspectiva de um brasileiro que se alimenta quatro vezes ao dia, dorme todas as noites sob o teto que aluga ou é seu, dono de um emprego fixo e de um carro, a todo tempo com roupas limpas, acesso à internet, dentista e academia, é que se definirá o que é ordem. A ordem deveria ser pra todos, mas não é. Neste jogo social, hipótese que este estudo pretende levantar, mesmo a polícia, por exemplo, é representante da desordem; a ordem, nessa inversão que propomos, nos textos de João Antônio quase não aparece, porque a escolha do autor, em conformidade com seu plano literário, é por um levante do povo brasileiro – e o povo, nessas relações de classe social, é

sempre desordem.

3. Talvez, meio passo à frente

Suscitamos a hipótese de a dialética de Candido contemplar, para além de uma organização em que se relacionem a ordem e a desordem, também uma estratificação social que separa, nestes mesmos polos, classes sociais distintas divididas entre aqueles que se beneficiam do sistema vigente, os opressores, e aqueles que são, por esse mesmo sistema, inferiorizados socialmente, os oprimidos. Assim, se nos permitirmos a aplicação desse novo entendimento aos textos de João Antônio, poderemos comprovar a escolha do autor por uma espécie de desordem social brasileira e, ao mesmo tempo, atribuir a seus textos o viés político de denúncia que ele entendia como necessário.

O caminho é claro e, também por isso, difícil - sem grandes mistérios e escolas. Um corpo-a-corpo com a vida brasileira. Uma literatura que se rale nos fatos e não que rele neles. Nisso, a sua principal missão - ser a estratificação da vida de um povo e participar da melhoria e da modificação desse povo. Corpo-a-corpo. A briga é essa. Ou nenhuma (ANTÔNIO, 1975, p. 146).

Nosso caminho se dará através de dois diferentes contos de João Antônio, cada um publicado em um livro diferente, porém reunidos, junto a tantos outros, no **João Antônio contos reunidos**, da Cosac Naify, de 2012. Os textos “Meninão do caixote”, do **Malagueta, Perus e Bacanaço**, de 1963 e “Dedo-duro”, do **Dedo-duro**, de 1982, como se vê, correspondem a distintos momentos da carreira literária do autor e abrangem um intervalo de tempo significativo. O primeiro trata de um menino, ainda muito jovem, que se aventura no submundo da sinuca paulistana; o segundo, como sugere o título, de um informante da polícia.

Não é novidade que João Antônio trabalhe com personagens que são considerados, por nós, classe média, como representantes da desordem. São os mendigos, as prostitutas, os bandidos, os jogadores de sinuca, os exploradores de mulheres e essa sorte de pessoas que tomamos como desordem. Trechos como o de Candido, quando diz que João Antônio “[...] faz para as esferas malditas da sociedade urbana o que Guimarães Rosa fez para o mundo do sertão, isto é, elabora uma linguagem que parece brotar espontaneamente do meio em que é usada, mas na verdade se torna língua geral dos homens, por ser fruto de uma estilização eficiente” (CANDIDO, 2012, p. 582), comprovam que o autor é reconhecidamente um

escritor que trabalha com essas personagens; o que intencionamos, porém, é demonstrar que para além dessa escolha, o texto literário em si é uma grande exaltação da desordem social brasileira, trabalhando em uma espécie de inversão lógica da dialética de Candido, fazendo com que a ordem, apenas aparente, simule uma aparição em um ambiente de completa desordem social – reafirmando, assim, todo o caráter político de sua atuação literária. Corroborando com o nosso entendimento de inversão da dialética, Candido reconheceu papel privilegiado em relação aos personagens de João Antônio, colocando-se do lado, ou no polo, dos que excluem (CANDIDO, 2012, p. 581) em contraponto àqueles que, nos textos e na vida, são excluídos. É justamente esse entendimento, que sustenta a inversão da lógica de funcionamento da dialética da malandragem como uma estratificação social que separa dois lados, que pretendemos levantar como hipótese de funcionamento da literatura joãoantoniana.

Estes dois trechos de “Meninão do Caixote” dão um primeiro passo nesse sentido:

E a nova professora do grupo da Lapa? Mandava a gente à pedra, baixava os olhos num livro sobre a mesa. Como eu não soubesse, o tempo escorria mudo, ela erguia os olhos do livro, mandava-me sentar. Eu suspirava de alívio. É. Mas não havia acabado não. À saída, naquele meu quinto ano, ela me passava o bilhete, que eu passaria a mamãe.

- Trazer assinado (ANTÔNIO, 2012a, p. 116).

E

No Paulistinha havia sinuca e só então eu notei. Pedi uma beirada no banco em volta do da mesa, ajeitei o litro de leite entre as pernas.

- Posso espiar um pouco? [...]

- Mas é claro, garotão. [...]

Fiquei sem graça. Para mim, moleque afeito às surras, aos xingamentos leves e pesados que um moleque recebe, aquela amabilidade me pareceu muita (ANTÔNIO, 2012a, p. 118).

Meninão do Caixote é o protagonista do texto. Seu pai, caminhoneiro, ao longo da narrativa dá aspectos e argumentos para que seja classificado como desordem. Sua mãe, costureira, representa uma ordem aparente. O pai sai se ocupa de um ofício que o faz “ficar fora o tempo que bem entende”, além de ter certo “jeito de moço folgado” (ANTÔNIO, 2012a, p. 116), enquanto a mãe é tratada como que em oposição a ele, aguentando suas brincadeiras, estourando às vezes, ou mesmo muito nervosa quando o marido não está em casa (ANTÔNIO, 2012a, p. 117). Sempre como se estivessem, um e outro, em direções opostas.

No segundo trecho que destacamos, Meninão tem seu primeiro contato com o malandro que vai lhe ensinar as artimanhas do jogo. O tratamento que recebe do jogador mais experiente, Vitorino, o surpreende e o agrada. Da desordem explícita ganha um afago, da ordem aparente, aquele simulacro representado pela professora da Lapa, indiferença. Quando olha para a ordem, Meninão diz:

Mas a malandragem continuava, eu ia escorregando difícil, matando aulas, pingando safadezas. O colégio me enfarava, era isto. Não conseguia prender um pensamento, dando de olhos nos companheiros entretidos com latim e matemática.

- Cambada de trouxas!

Dureza, aquela vida: menino que estuda, que volta à casa todos os dias e que tem papai e tem mamãe. Também não era bom ser Meninão do Caixote, dias largado nas mesas da boca do inferno, considerado, bajulado, mandão, cobra. Mas abastecendo meio mundo e comendo sanduíche, que sinuca é ambiente da maior exploração. Dava dinheiro a muito vadio, era a estia, gratificação que o ganhador dá. Dá por dar, depois do jogo. Acontece que quem não dá, acaba mal. Não custa à curriola atracar a gente lá fora. Vitorino era meu patrão (ANTÔNIO, 2012a, p. 122-123).

A escola representa uma ordem aparente e só aparente porque mesmo dentro dela a emancipação intelectual e social do personagem não existe. Os amigos, colegas de classe, por exemplo, são considerados, no texto, por trouxas, porque não são capazes de enxergar que aquele ambiente não lhes servirá de nada. Mas, mesmo quando volta seu olhar para a desordem de fato, a explícita, percebe que ali também não verá futuro, porque também é explorado por um ambiente que o força, a contragosto, a sustentar “muitos vadios”. A desordem social está presente nos dois ambientes: no ambiente da escola, com a professora que não exerce a educação de fato e na maneira de olhar do próprio Meninão, enxergando desordem nesse ambiente que era para representar o polo oposto, e na própria desordem da sinuca, de onde sente a exploração, tendo, inclusive, uma espécie de patrão.

A reflexão continua: “E eu ia aprendendo - o joguinho castiga por princípio, castiga sempre, na ida e na vinda o jogo castiga. Ganhar ou perder, tanto faz. [...] O jogo acabava, eu pegava os duzentos mil réis, tocava pra casa. Ia murcho. Haveria briga com mamãe” (ANTÔNIO, 2012a, p. 124). No fim do conto Meninão vence a partida mais importante de maneira irretocável, e antes mesmo que pudesse haver qualquer comemoração, surge sua mãe. Surge, como a ordem que levantamos representar, em um ambiente de pura desordem, e lhe deixa, à mão, uma marmita. Ele havia prometido almoçar em casa. Meninão sai do bar e, de mãos dadas com sua mãe, vai embora. Vai embora como demonstrando que a desordem social que representou, vai, outra vez, como ao longo do texto diz ter havido tantas outras, largar a

sinuca e voltar à escola. Voltar à ordem. Mas que ordem? Como pode haver ordem em uma sala de aula em que a professora se senta com um livro e nada faz por seus alunos? A ordem, como suscitamos entendê-la, está na sala de aula do aluno de classe média, com professores capacitados, bem remunerados e motivados. Para Meninão, não. A desordem reside também nas salas de aula do Brasil. Aqui está uma demonstração possível da escolha de João Antônio pela desordem com o objetivo de levante do povo que queria exaltar. Mesmo a sala de aula, símbolo de ordem como conhecemos, é, na verdade, um simulacro. Desordem pura, nos dois ambientes. Que futuro pode ter um menino, ou dois, ou quarenta, de uma mesma sala de aula como a de Meninão do caixote? Como podemos nós, no conforto de nossas cadeiras, estabelecer que essa sala de aula, essa professora, são representantes da ordem? Não são. São desordem disfarçadas de ordem, servindo ao jogo de manter as coisas como são. É o que separa os que podem ir ao dentista daqueles que não podem¹⁰.

Ao longo do texto existem outras demonstrações da escolha do autor por uma desordem social como instrumento de denúncia, como o bar Paulistinha, local em que Meninão começa a jogar e que corresponde a dois distintos ambientes, um característico de ordem e outro de desordem, porém, importante para o trecho do conto e da escolha de João Antônio, só o segundo tem destaque. Outro momento que vale lembrança é o absoluto desaparecimento do melhor amigo de Meninão, seu primo Duda, personagem de quem o garoto se lembra com saudade no começo do texto, antes da sinuca, quando ainda não conhecia este ambiente, e que depois não aparece mais, nem em lembrança.

De assim, que pensei estar a caminho de uma amizade de valia com um rato legal, um boa gente da polícia. Que se chegou para mim e convidou, na malícia escondida. Crocodilagem:

- Vem cá, meu considerado.

E fique sabendo que essa de malandragem nunca deu camisa. Malandro não tem futuro, seu passado é ruim e o presente um cocô. Futuro, quando bom, é morar na Detenção. ‘Tá perdendo tempo e seu negócio é mandar bola pra frente. Olhe aí, você até pode me ajudar na situação de um afano. E o tira escolou (ANTÔNIO, 2012b, p. 362).

Neste trecho de “Dedo-duro” está o convite do policial, suposto representante da ordem, para o malandro colaborar com investigações da polícia a troco de imunidade. Inclusive pela temática do conto, a troca de informações entre policiais e contraventores, a

¹⁰ Ver: FONSECA, Rubem. “O cobrador”. In: FONSECA, Rubem. **O cobrador**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1979, p. 161-181.

ordem e a desordem estão misturadas ao longo de toda a narrativa. Neste caso, entretanto, o simulacro de ordem fica ainda mais evidente, porque a ordem verdadeira dessa vez aparece, escancarando a imitação que é a outra. O trecho a seguir, por exemplo, é da ordem aparente:

E a gana de ser policial me correndo por dentro. Não quero nem saber se, na área, um e outro cara de juízo me alerte que, na continuação da pegada, esta vida não compensa. Na batida em que vou, está me interessando é andar de algemas e máquina niquelada na cintura, arrotando umas grandezas muito à vontade e criando nome no meio dos majorengos (ANTÔNIO, 2012b, p. 364).

O desejo do malandro em se tornar policial e desfilar, ele também, um pouco de “ordem” e “arrotar grandezas” no meio da desordem explícita onde sempre viveu dá a entender que participar dessa classe de trabalhadores seria suficiente para que alcançasse algum tipo de evolução em sua condição. Certamente significa um trabalho remunerado, uma condição aparentemente mais estável, mas isso, por si só, não quer dizer muita coisa, porque mesmo o homem que veste a farda não tem acesso, digamos, aos melhores dentistas. Esse simulacro de ordem só interessa àqueles que, do lado verdadeiro da ordem social, assistem esse conflito sem abalo ou interferência.

O policial, ordem aparente, junto de seu informante, age assim:

Nessas umas, muita vez aparece moleza, a gente apanha um mala e toma-lhe a nota. Dividimos, depois; eu levo o meu. A topada é um maná. A gente multa um malandro que tem algum no bolso e está culposo, carregado de pepino. É o arrocho. Ele dá o que tem e o que não tem para pegar uma cana dura. Aí, a minha cara é maior. A gente deita e rola (ANTÔNIO, 2012b, p. 368).

Se este entendimento de ordem e desordem separando classes estiver correto, é um engano considerar como ordem e desordem figuras públicas que simplesmente se encaixam ou não se encaixam dentro de um contexto de costumes ou de lei. O policial, que a princípio poderia ser considerado como um representante da lei e da ordem, vive uma realidade de conflito constante; dessa guerra, inclusive, diariamente morrem agentes dos dois lados. João Antônio escolhe a desordem social, e isso fica claro porque quando os agentes da ordem aparecem, eles estão em sua maioria em contato com essa desordem, seja como na escola de Meninão, seja o policial que, corrompido, luta uma luta sem vencedores, mas com incontáveis vencidos.

É quando, no conto, aparece a ordem de verdade:

Faz aí, não mais de vinte dias, passei a me chamar Carioca. E, de Carioca, enfiei-me num subúrbio para fazer o bom trampo. Assaltos infestavam o lugar e a ladroeira ia de cambulhada. Os comerciantes botavam a boca no trombone e, escandalosos, bundeavam; acabaram chiando no noticiário da televisão. Um desses loques apitou que sua casa foi assaltada quinze vezes num mês. Só que se esqueceu, o bim bunda-mole, de agradecer a Deus por ter escapado com vida. Mas fedeu. Descalabro arrepiou e os jornais gritando (ANTÔNIO, 2012b, 371).

Quando os jornais e a televisão anunciam a onda de assaltos a polícia precisa agir e fazer alguma coisa. A sociedade logo reclamará e se dirá, neste momento, em perigo. Não se pode viver tranquilamente em um contexto de assalto constantes. Ao longo de todo o texto o narrador nos vai contando do mundo do crime e dos ofícios da malandragem e da criminalidade; é só quando a ordem social é perturbada que a coisa fica realmente séria e a polícia, por isso, precisa agir de forma contundente, dar uma resposta de ordem. A grande operação do texto, aquela que o conto nos conta, é esta supracitada - momento que a verdadeira ordem aparece sem aparecer.

Num de seus cadernos de notas, Tchekhov registra esta anedota: “Um homem em Montecarlo vai ao cassino, ganha um milhão, volta para casa, suicida-se”. A forma clássica do conto está condensada no núcleo deste relato futuro e não escrito. Contra o previsível e o convencional (jogar, perder, suicidar-se), a intriga se oferece como um paradoxo. A anedota tende a desvincular a história do jogo e a história do suicídio. Essa cisão é a chave para definir o caráter duplo da forma conto. Primeira tese: um conto sempre conta duas histórias (PIGLIA, 2004a, p. 89).

Acreditamos que a história do enredo de João Antônio é desordem explícita, esse tipo de malandragem que sempre foi atribuída a ele. A história secreta dos seus contos, grande força deles, é a escolha por uma desordem social; escolha em conformidade com seu projeto literário, afinal, “A briga é essa. Ou nenhuma.” (ANTÔNIO, 1975, p. 146).

4. Considerações finais

Este estudo é, na verdade, uma hipótese. Hipótese para um novo entendimento da literatura de João Antônio que, como toda hipótese, carece de aprofundamento e pesquisas. Entendemos que, apesar disso, o levantamento da questão enriquece o debate e, de certa forma, instiga que esta e outras pesquisas sejam desenvolvidas e fomentem, ainda mais, a análise crítica da obra do autor.

Partimos de um autor considerado como porta-voz dos malandros, criador de uma linguagem que obedece e recria este submundo urbano em literatura, para então propor uma

leitura baseada na “Dialética da malandragem”, de Antonio Candido, com a qual a divisão entre os polos da ordem e da desordem poderia ser entendida, também, como uma divisão social que separa oprimidos e opressores, uma espécie de ordem e desordem social. Os dois contos de análise, embora mereçam, para que este novo entendimento seja aprofundado, maior fôlego de pesquisa, corroboram, como se vê nestes pequenos excertos, esta posição. Uma desordem protagonista, explícita, tomando conta das duas narrativas e uma ordem apenas aparente, que só é considerada e só importa aos textos quando em contato com a desordem. Essa ordem aparente, como a professora na escola de “Meninão do Caixote” ou o policial que convida o informante de “Dedo-duro” a atuar com a polícia, é, quando vista em uma organização de classe social, também desordem, porque não desafia e, talvez, nem se dá conta de que exista uma sociedade que não se importa com sua existência e dramas até o momento em que ela mesma sente os resquícios desse desafio/confronto - o que, no nosso entender, representa, de fato, a ordem social brasileira (como é o caso dos jornais do segundo conto, momento, inclusive, de foco de toda a narrativa). À nossa classe média pouco ou nada importa se morrem, todos os dias, bandidos ou policiais, desde que essa guerra não lhes apareça a olho nu. Enquanto isso, desordem social. Essa hipótese, se comprovada, significa duas coisas: 1. a literatura de João Antônio é uma confirmação de suas aspirações políticas; 2. um grito.

A dialética da malandragem, nesse novo sentido, pode continuar representando um movimento entre dois polos distintos, de ordem e desordem, mas, dessa vez, acrescidos de um outro: o movimento, inerte, de uma classe social de poucas ou nenhuma possibilidades: nossa desordem social.

ABSTRACT

In “Corpo-a-corpo com a vida” (1975), considered the manifesto of his literature, João Antonio emphasizes the need for our literature deal with the people and the Brazilian social fact. For him, the writer had the obligation of not only to represent the daily life of the less favored, but also to interfere in favor of them. Based on this premise we propose a new hypothesis of understanding the functioning of the “Dialética da malandragem” (1970), by Antonio Candido. We argue that, in addition to a movement between the poles of order and disorder, if the dialectics could be understood as a social stratification that encompasses a social order and disorder that separates classes between the dominant and the dominated, its application in the texts of João Antônio would reveal a class violence that imprisons the less fortunate to a less permissive reality. We infer that the author chooses to represent this social disorder by telling his stories always through this unique perspective, thus confirming his position of literary intervention and revealing in literature the oppression that victimizes this social class.

Keywords: Social disorder. João Antônio. Brazilian social fact.

Referências

- ANTÔNIO, João. Corpo-a-corpo com a vida. In: ANTÔNIO, João. **Malhação do Judas Carioca**. Rio de Janeiro: Record, 1975.
- ANTÔNIO, João. Meninão do caixote. In: ANTÔNIO, João. **Contos reunidos**. São Paulo: Cosac Naify, 2012a, p. 115-119.
- ANTÔNIO, João. “Dedo-duro”. In: ANTÔNIO, João. **Contos reunidos**. São Paulo: Cosac Naify, 2012b, p. 359-375.
- CANDIDO, Antonio. Dialética da malandragem. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, n. 8, p. 67-89, 1970.
- CANDIDO, Antonio. Na noite enxovalhada. In: ANTÔNIO, João. **Contos reunidos**. São Paulo: Cosac Naify, 2012. p. 577-582
- DAMATTA, Roberto. **Carnavais, malandros e heróis: para uma sociedade do dilema brasileiro**. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.
- FONSECA, Rubem. O cobrador. In: FONSECA, Rubem. **O cobrador**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1979, p. 161-181.
- ORNELLAS, Clara Ávila. Aspectos iniciais da trajetória literária de João Antônio, **Via Litterae**, v. 3, p. 145-149, 2011.
- PIGLIA, Ricardo. Teses sobre o conto. In: PIGLIA, Ricardo. **Formas breves**. São Paulo: Cia das Letras, 2004. p. 87-94.
- SCHWARZ, Roberto. “Pressupostos, salvo engano, de “Dialética da malandragem”. In: SCHWARZ, Roberto. **Que horas são**. São Paulo: Companhia das Letras, 1979. v. 2, p. 129-155.
- SILVA, J. C. B.. João Antônio e seu projeto literário: corpo-a-corpo com o Brasil? In: XI SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA DA LITERATURA, 11., 2015, Porto Alegre. Anais... Porto Alegre: EDIPCURS, 2015. p. 1-9.